

**PRODUTIVIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA?
RUMOS, LIMITES E ENGODOS NA BUSCA DE GARANTIR A QUALIDADE**

NETO MACHADO, Ana Maria - UNIPLAC - SC

E-mail: laborescrita@uol.com.br / anaescrita@uniplac.net

Resumo:

Gerar “produtos” intelectuais em exíguos prazos é provavelmente a atividade mais característica do cotidiano do pesquisador nos dias atuais. Sendo os parâmetros, hoje, a quantidade como meta e a avaliação como controle (esta por parte de órgãos oficiais), a qualidade das produções vêm preocupando e demandando reflexões. Volumosos resultados de uma pesquisa sobre a ‘orientação de teses e dissertações’, envolvendo sujeitos pesquisadores *seniors* e outras fontes, permitem-nos analisar diversos aspectos desta realidade da pós-graduação. Neste trabalho, contextualizamos o problema, e exploramos algumas de suas dimensões, dialogando com um fragmento do conto fantástico *Utopia de un hombre que está cansado*, de Jorge Luiz Borges, que re-significou, para nós, uma experiência vivenciada na Anped/2005, a propósito da era da produtividade que vivemos.

Palavras-chave: Pesquisa. Pós-graduação. Produtividade. Escrita.

Abstract:

**PRODUCTIVITY IN BRAZILIAN POSTGRADUATE?
PATHS, LIMITS AND ENTICEMENT TO GUARANTEE THE QUALITY**

To generate intellectual “products” in short time is probably the most characteristic of the day-to-day of a researcher in these days. Being the parameters, today, the quantity as a goal and the evaluation as control (this made by official institutions), the quality of production, is concerning and demanding reflexions. Many results of a research about supervision of thesis and dissertations, embracing seniors researcher and other sources, allow us to analyse several aspects of the reality of postgraduate. In this work, we contextualize the problem, and explore some of its dimensions, engaging in a dialogue with a fragment of a fantastic tale *Utopia de un hombre que está cansado*, by Jorge Luiz Borges, that “re-meaning” for us, an experience lived in Anped / 2005, concerning the age of productivity in which we live.

Key words: Research. Postgraduate. Productivity. Writing.

Claro que um escritor tem deveres e um deles é **não fazer vista grossa** a certas injustiças sociais ou **certos problemas, por medo da crítica, da política ou dos partidos políticos**. Mas não se deve esperar dum romancista que *resolva* em seus livros os problemas, políticos, sociais e econômicos. Concordo com Arthur Koestler quando ele diz que o romancista não deve oferecer *remédios* para os males sociais, mas sim **mostrar que o organismo social está doente, criando desse modo “a necessidade de curá-lo”**.

(Érico Veríssimo).

Não sou romancista, mas sendo pesquisadora, o ofício de escrever faz parte de meu cotidiano, assim como a produção científica ou produção intelectual fazem parte do imenso universo cultural que leva o nome de literatura. No caminho de Koestler e Veríssimo, sinto-me no compromisso de não fazer vista grossa a alguns problemas vivenciados pelos pesquisadores nos seus cotidianos, relativos, justamente, à exigência, cada vez mais constante e premente no mundo da pesquisa, de gerar “produtos” sob a pressão de exíguos prazos. Kuenzer e Moraes (2005), qualificam a atual tendência, impressa pelas agências reguladoras do sistema de pós-graduação, de “surto produtivista” e referem que “a quantidade instituiu-se em meta”. Nos últimos anos os “exíguos prazos” têm pesado mais na balança do que qualquer outro fator quando se trata de produção científica, e esse fato tem tido conseqüências importantes para a questão aqui abordada, especialmente no quesito qualidade. Por “produtos” entenda-se preferencialmente algumas categorias especiais de escritos publicados, típicas do meio científico, sendo a mais usual o gênero artigo científico ou *paper*.

As reflexões aqui apresentadas decorrem da exploração de volumosos dados de campo, resultantes de uma pesquisa associada à formação de pesquisadores no âmbito da Pós-graduação em Educação, envolvendo colegas e orientandos (financiada pelo CNPq). Algumas questões levantadas são pertinentes ao sistema de Pós-graduação como um todo; porém, aqui me atenho à área da Educação, à qual os sujeitos da pesquisa pertencem. Estes são pesquisadores *seniors*, integrantes de programas consolidados, tendo seus depoimentos revelado elementos importantes para a compreensão da breve história da pós-graduação *stricto sensu*, sobretudo no que diz respeito às produções, em tempos de ‘pesquisa administrada’, como refere Warde (2002).

Feita a introdução ao tema, o trabalho está organizado em três breves partes. Inicialmente, considerações contextuais sobre a conjuntura da pós-graduação brasileira; em seguida uma experiência vivenciada na reunião da Anped de 2005, cena-estopim para o desenvolvimento deste texto; na seqüência algumas reflexões tramadas no diálogo com um

fragmento do conto fantástico *Utopia de un hombre que está cansado*, de Jorge Luiz Borges, que permitiu recuperar e dar sentido à vivência narrada; para finalizar, alguns pontos abordados durante o texto são enfatizados, alinhavando próximos trabalhos.

1 PRODUÇÕES E PRODUTIVIDADE: TECENDO O CONTEXTO

Estatísticas apontam que o Brasil cresceu em número de doutores e produções científicas no *ranking* internacional, fruto de esforços coletivos e políticas governamentais. Porém, a qualidade das formações e produções é alvo de críticas e fonte de preocupação: continua heterogênea, está aquém dos padrões de rigor desejáveis, persistem acentuadas diferenças regionais e entre áreas. Ciência e pesquisadores brasileiros sofrem sob o impacto da hegemonia da lógica de mercado globalizado, contexto no qual se inserem as mudanças promovidas pela CAPES em meados da década de 1990, quando o sistema de avaliação de programas ganha maior rigor, por meio de dispositivos de controle eficazes, e as metas mudam da ‘formação de professores para o ensino superior’ para a ‘formação de pesquisadores’. Analisando alguns aspectos dessas transformações, Villardi (2002, p. 14) tece considerações reveladoras sobre algumas das razões do desconforto ao qual estão submetidos nos últimos anos os pesquisadores: “na passagem de uma lógica para outra, as universidades públicas, em especial as federais, se viram esmagadas entre as condições de trabalho, inclusive salariais, de Terceiro Mundo, e níveis de exigências, inclusive de produtividade, de Primeiro”.

Neste contexto, dominados pelo produtivismo e pressionados pelas avaliações da CAPES, a noção de mercadoria vem penetrando cada vez mais na própria concepção das produções intelectuais, sobrepondo-se ao sentido do rigor científico, associado a valores culturais e éticos que muitos consideram ‘em extinção’. Ao indicar a direção que as pesquisas vêm tomando no meio acadêmico, Warde (2002, p. 254), aponta para uma espécie de rebaixamento da atividade intelectual a táticas de gestão estratégicas, típicas do discurso e da lógica da administração e da economia:

o mal-estar de ver as atividades de orientação convertidas em gerenciamento dos procedimentos práticos e de aplicação técnica; de ver o tempo escoando-se com disputas por recursos financeiros e com o preenchimento de formulários

que permitem atestar não competências cognitivas, mas habilidades de controle e administração.

Se os números da produção científica no ranking internacional são motivo de orgulho (perto de 2% da produção mundial leva nossa bandeira) por parte da comunidade científica, o preço pago por esse desempenho e os seus efeitos colaterais talvez não tenham sido ainda suficientemente contabilizados, avaliados e analisados, embora possa ser percebido em depoimentos, queixas, críticas, breves fragmentos de discurso, sérios ou irônicos, inseridos em publicações aqui e acolá, por parte dos pesquisadores (CORAZZA; EVANGELISTA; FREITAS: apud BIANCHETTI E MACHADO, 2006).

Diante desta preocupações compartilhadas, diversos dispositivos têm sido postos em ação no intuito de ‘qualificar a quantidade’, seja por meio de leis, normatizações, regulamentações, recomendações e tradições que começam a constituir a cultura da pesquisa no país (LDBEN, DataCapes, agora APCN, GED, Qualis, avaliadores *ad hoc*, comitês científicos de eventos e de periódicos etc.). A maior parte destes instrumentos criados para promover e garantir rigor científico estão centrados na lógica do controle e da avaliação, têm sido criticados e suportados pela comunidade científica, como mostram Baía Horta e Moraes (2005, p. 95): “O processo avaliativo provocou polêmicas no meio acadêmico e causou – e ainda causa – desconforto no universo da pós-graduação brasileira, não obstante ser absolutamente consensual, mesmo entre seus mais ferrenhos críticos, a importância da avaliação, particularmente a efetivada por pares, tal como procede a CAPES”.

Os processos avaliativos costumam hierarquizar os pesquisadores: os mais experientes servem de fiadores para pesquisadores novatos, e por trás da fiança, a lógica da desconfiança, que autoriza o controle. Uma aguçada observação a propósito do surgimento dos estudos sobre o Ensino Superior na América Latina, dos argentinos Pedro Krotsch e Claudio Suasnábar (2004, p.47) indica que, na introdução da avaliação como instrumento central e privilegiado de legitimação, está, “como señala Trow (1996) la ruptura de la tradicional confianza entre el Estado y la universidad [que] fue condición para la introducción de la evaluación, pero también en nuestro caso para la emergencia de los estudios sobre la universidad”. A este propósito, em recente conferência proferida no EduFórum, Bianchetti (2006) apontou para as diferenças acentuadas entre os diferentes PPG e a injustiça que representa uma avaliação padrão única para todas as IES. A reflexão mostra que alguns programas já consolidados construíram ao longo do

tempo “critérios internos de exigência e rigor que poderiam dispensar a ‘tutela’[da Capes]. No entanto, o mesmo raciocínio não é válido para uma gama de instituições menores, algumas mais empresas do que IES, que a todo custo buscam a ‘grife’ “reconhecido pela CAPES”, condição para ser universidade e para atrair ‘alunos-clientes’”. Nesse sentido, a avaliação padronizada revela limites. De alguma maneira o ‘furor da avaliação’ que assola a nação e goza de excesso de credibilidade pública, precisa ser visto com reservas ou dentro de certos limites (lembramos da popularidade dos Provões, Enad, Imetro, Isos 9000 etc.). Na obra “Educando à direita”, Apple (2002, p. 71) analisa a “economização” da Educação, com a conseqüente mercantilização dos bens simbólicos e a verificação das competências por meio de sistemas de avaliação, mostrando como as comunidades vão sendo despolitizadas, gerando-se consensos a serviço do conservadorismo, visão que vem ao encontro de algumas observações acima (Warde):

E a verificação das competências - é instrumentalizada pela “nova classe média de profissionais qualificados e gerentes” - na verdade., a pequena burguesia burocrática - que, “enquanto especialistas em eficiência, administração, provas e avaliação, fornecem os conhecimentos técnicos necessários para implementar as políticas de modernização conservadora.

Tais práticas globalizadas tornam-se consensuais, inquestionáveis, sendo a sua origem obnubilada. Acompanham o excesso de confiança nos padrões de qualidade e nos índices e indicadores oficiais, a burla, o nepotismo, a corrupção etc., que, no meio da investigação científica assumem formas específicas: plágio, venda de teses e dissertações, espionagem e exploração de dados reservados (patentes nas áreas biomédicas, ou engenharias de ponta, por exemplo) etc. Krottsch e Suasnabar referem, a este propósito, a disputas pelo controle da produção do conhecimento.

Diante deste quadro cabe indagar: até que ponto os dispositivos gerados para garantir rigor e qualidade estão conseguindo seu intuito? Podem e estão sendo burlados? Estamos nos iludindo ao confiar neles? Quais são e onde podemos localizar seus limites e fragilidades? Haveria outros caminhos para promover e garantir rigor nas produções científicas? Afinal, como qualificar a quantidade?

2 UMA EXPERIÊNCIA/OBSERVAÇÃO QUE A LITERATURA TORNOU REVELADORA

O contexto da observação é a 28ª reunião da Anped (2005), pavilhão das editoras e livrarias. Em intervalo entre as sessões dos GTs, para descansar de idéias e discussões, percorro os estandes das livrarias instalados no Hotel Glória. Já nos dois primeiros vejo muitíssimos títulos recém lançados. Não leva muito tempo para eu perceber que o passeio, ao invés de proporcionar descanso, causa angústia. Desanimada, percorro distraidamente os corredores coloridos, em busca de algo que ignoro. Acabo entrando no único estande que vende cds. Permaneço ali uma hora ouvindo música, relaxo, compro vários discos exóticos e retorno à atividade intelectual. Volto para casa tendo comprado um único livro em todo o evento, no estande do Clacso, que não faz parte daquele conjunto de livrarias do pavilhão ao lado da piscina, pensando que não terei vida suficiente para ler nem sequer todos os livros da minha própria biblioteca. Parcialmente refeita do mal-estar experimentado diante daquela verdadeira *overdose* de edições novas, um questionamento se impôs e me acompanhou nos últimos meses: **quem vai ler tudo isso?** Publicar é preciso, mas para quê, e para quem? Essa é uma pergunta que não temos tido tempo suficiente para nos fazermos, e muito menos tempo para debater ou responder.

3 POIS É, QUEM VAI LER TUDO ISSO? É JORGE LUIZ BORGES QUEM AJUDA A RESPONDER

É interessante registrar aqui o quanto e quantas obras de ficção funcionaram na história da humanidade como antecipadoras de realidades que viram o dia anos ou séculos depois. Leonardo da Vinci, Julio Verne, criadores bem conhecidas. A imaginação e a intuição estiveram e estão presentes nas descobertas, nos *eureka*s, nas invenções de toda ordem, e nas científicas também: Newton, Einstein, Darwin, Galileo, Copérnico, Humboldt, Freud, Marx usaram muita imaginação para construir suas teorias. Se as teorias foram, antes de vingar, especulações duvidosas, muitas delas construídas na intimidade dos intercâmbios epistolares com parceiros cúmplices e benevolentes, provocaram burlas e ironias, quando não represálias e torturas, foram descartadas e desprezadas por muitos de seus contemporâneos. A chacota é também o seu futuro.

Toda teoria científica está fadada a ser superada, virar mito, e provocar riso futuro. Nesse argumento há um motivo para não receber com desconfiança a parceria de um escritor de contos fantásticos no contexto de um trabalho que pretende ser encarado com seriedade e valor científicos por seus pares, como é aqui o caso.

No mencionado conto, Borges (1975, p. 784-785) narra o encontro de um homem do século XX com um homem de um futuro bastante distante. No exótico diálogo, acontecido no ambiente deste último, lêem-se confrontos entre vários aspectos da época dos dois homens: política, museus, jornalismo, educação, arte, vida, morte e, sobretudo, está em cheque o sentido radical das publicações. Considero o trecho que transcrevo abaixo rico e oportuno para desenvolver a questão central que nos ocupa. No fragmento selecionado, o homem do futuro mostra ao nosso contemporâneo um livro antigo como se fosse um objeto exótico. Acompanhem a longa passagem que transcrevemos no original espanhol, e que iremos explorar na seqüência (os grifos são nossos):

“- Ahora vas a ver lo que nunca has visto.

Me tendió con cuidado un ejemplar de la *Utopía* de More, impreso en Basilea en el año 1518 y en el que faltaban hojas y láminas.

- No sin factuidad repliqué:

- Es un libro impreso. En casa habrá más de dos mil, aunque no tan antiguos ni tan preciosos.

Lei en voz alta el título.

El otro se rió.

- **Nadie puede leer dos mil libros. En los cuatro siglos que vivo no habré pasado de una media docena. Además no importa leer sino releer. La imprenta, ahora abolida, ha sido uno de los peores males del hombre, ya que tendió a multiplicar hasta el vértigo textos innecesarios.**

- En mi curioso ayer - contesté -, **prevalecía la superstición de que entre cada tarde y cada mañana ocurren hechos que es una vergüenza ignorar.** El planeta estaba poblado de espectros colectivos, el Canadá, el Brasil, el Congo Suizo y el Mercado Común. **Casi nadie sabía la historia previa de esos entes platónicos, pero sí los más ínfimos pormenores del último congreso de pedagogos, la inminente ruptura de relaciones y los mensajes que los presidentes mandaban, elaborados por el secretario del secretario con la prudente imprecisión que era propia del género.**

Todo esto se leía para el olvido, porque a las pocas horas lo borrarían otras trivialidades.

De todas las funciones, la del político era sin duda la más pública. Un embajador o un ministro era una suerte de lisiado que era preciso trasladar en largos y ruidosos vehículos, cercado de ciclistas y granaderos y aguardado por ansiosos fotógrafos. Parece que les hubieran cortado los pies, solía decir mi madre. **Las imágenes y la letra impresa eran más reales que las cosas. Sólo lo publicado era verdadero. *Esse est percipi* (ser es ser retratado) era el principio, el medio y el fin de nuestro singular concepto del mundo.** En el ayer que me tocó, la gente era ingenua; creía que una **mercadería era buena porque así lo afirmaba y lo repetía su propio fabricante.** También eran frecuentes los robos, aunque nadie ignoraba que la posesión de dinero no da mayor felicidad ni mayor quietud”.

A tentação de deixar o conto fazer seus efeitos sobre os leitores sem interferir está presente. Porém, não é lícito ceder a ela neste tipo de escrito, já que a explicitação é talvez a regra número um do discurso científico. No mínimo, a sempre insuficiente militância contra o subentendido, típico do censo comum, se faz necessária.

Retomo então os fragmentos grifados do conto, desta vez traduzindo-os e trazendo-os para o nosso contexto. “Ninguém pode ler 2000 livros. Nos quatro séculos que vivo não devo ter passado de uma meia dúzia. Além disso, não importa ler, e sim reler. A imprensa, agora abolida, foi um dos piores males do homem, já que tendia a multiplicar até a vertigem textos não necessários”, afirma o personagem do futuro, com uma naturalidade chocante. Se leu apenas seis livros em 400 anos, a leitura de que fala deve ser bastante diferente do que hoje praticamos sob esse nome. A passagem leva ao seguinte questionamento: será que de fato estamos lendo? O que significa para nós ler, ou reler? A imprensa, que no conto tanto pode se referir às máquinas de Gutenberg, capazes de reprodução de originais, sem limite, como à imprensa no sentido da mídia jornalística, recebe uma crítica mordaz. Ela teria sido abolida no futuro por multiplicar até a vertigem textos desnecessários? A pergunta imediata é: o que faz com que um texto se torne necessário? Quantos textos que lemos são necessários? Quantos textos que escrevemos são necessários? Quantos dos textos dos stands da Anped são necessários? Necessários para quê? Para quem? Sim, são necessários porque é preciso que o pesquisador tenha publicado e registrado a sua publicação no seu currículo lattes. Caso contrário, ele será descredenciado do seu Programa de Pós-graduação, pois estará prejudicando o desempenho do conjunto de pesquisadores de seu PPGE, que ficará pouco equilibrado.

Mas, é desta necessidade que está nos falando o personagem do conto de Borges? Há aqui em jogo uma palavra para designar duas situações distintas. A necessidade de publicar *ad infinitum*, quanto mais melhor, associada à satisfação de uma exigência, que não entra no mérito da necessidade do conteúdo do texto exercer algum benefício para outrem que não sejam os interessados imediatos: aquele (o pesquisador) e aqueles (o seu grupo) que precisam ter publicações para estar quites com uma exigência regulamentar superior. Pouco importam os efeitos ou o impacto que de fato o escrito terá sobre os seus leitores pela contribuição de que é portador. O que vivemos hoje na pós-graduação com relação aos escritos publicados é que a sua finalidade se esgota no cumprimento da obrigatoriedade de ter escrito, publicado e preenchido os devidos formulários (*lattes* e APCN). Os escritos valem enquanto **valor de troca**: publiquei em

editora conceituada? Publiquei em periódico bem classificado no sistema Qualis? Passo a ter um vale trocável por uma boa nota para o PPG, bolsas, créditos, financiamento! O valor de uso dessa publicação não tem estado em jogo nesta lógica. Seu valor finda antes de chegar às ruas. O seu impacto posterior pouco parece contar. Os leitores válidos, na lógica em vigor, são apenas aqueles que têm o poder de julgar se o escrito pode ou não circular publicamente (*ad hocs*, por exemplo). E os leitores posteriores? Lerão os textos que essa espécie de moderna, e científica, “**censura prévia**” liberar para eles. Afinal, como dizem muitos de nossos sujeitos de pesquisa: em tempos tão curtos não é possível oferecer uma formação sólida que permita aos novos mestres julgarem se o que estão lendo é ou não de qualidade e merece credibilidade. Um comitê de excelentes deverá cumprir esta nobre função para o bem da maioria que não pode atingir tal competência. Constatamos aqui uma despolitização da educação, como referido por Apple em citação acima.

No seu mundo ficcional, Borges aboliu as publicações que só tinham valor de troca, circulando como mercadorias. No pequeno conto, seis livros seriam suficientes para afetar um homem em 400 anos. Responda, leitor pesquisador: quantos livros marcaram sua carreira e existência? Será que você pode nomear muito mais que seis?

Continuemos com o próximo trecho grifado: “*Prevalecia a superstição de que entre cada tarde e cada manhã ocorriam fatos que era uma vergonha ignorar. O planeta estava povoado de espectros coletivos, o Canadá, o Brasil, o Congo Suiço e o Mercado Comum. Quase ninguém sabia a história prévia desses entes platônicos, mas sabiam os mais ínfimos detalhes do último congresso de pedagogos, a iminente ruptura das relações e as mensagens que os presidentes mandavam, elaboradas pelo secretário do secretário com a prudente imprecisão que era própria do gênero. Tudo isso se lia para o esquecimento, porque poucas horas depois as apagaríamos outras trivialidades*”.

Este trecho parece destinado à comunidade científica. Nesses dois parágrafos, densos de significados, está enfatizada a necessidade de distinguir entre o trivial e o fundamental. Na época descrita por Borges, que neste caso é perfeitamente transponível para a nossa, pareceria que perdemos a capacidade de discernir entre o que é fundamental e o que é trivial. Como diferenciar uma coisa da outra? A perspectiva histórica se perdeu, o tempo para reflexão sobre os fundamentos e a raiz dos problemas foi abolido pelo excesso de informação disponível e acumulada e a falta de tempo para acompanhá-la: cotidianamente, os congressos e os artigos que

se superpõe, um atrás do outro, mês a mês, apagam uns aos outros, dia trás dia. Quem pode assistir a todas as palestras? Quem pode ir a todos os congressos importantes da área? No Brasil? No mundo? Quem pode acompanhar todos os artigos publicados em nossa língua na área específica? E em língua estrangeira? E na internet? E...? E...? Quem é capaz de consultar todos os periódicos indicados pelo sistema Qualis como sendo de qualidade? O que se espera de um pesquisador nessa lógica não é apenas desumano, mas é inexecutável, impossível, e está a serviço de impedir reflexões mais aprofundadas, transformando todos em reféns da roda-viva das avaliações.

Nos primórdios da pós-graduação, havia longos e profundos debates, considerados por quem os vivenciou como de elevado valor formativo (Moraes; Kuenzer; Warde). Orientadores daquela época consideram que a redução de tempo para realizar as dissertações mudou o perfil das produções, obrigou a formular problemas mais pontuais, e até não prejudicou os resultados, que hoje são mais articulados entre os participantes de grupos de pesquisa que investigam temáticas afins, e somam seus esforços. Mas, eles consideram que a formação ficou prejudicada (Chauí; Moraes). A formação intelectual, a formação humana, aquela que permitiria ao novo pesquisador discernir entre o fundamental e o fútil, entre a obediência mecânica às regras do jogo, na qual uma publicação tem um valor de troca apenas, e o trabalho intelectual, que gera benefício, que faz a diferença, que contribui para a melhoria da educação nacional, que fará parte dos seis escritos que vale a pena se ler, não está em questão, nem entra na avaliação porque é demasiado complexo e não pode ser medido com estatísticas. O que aconteceu com o nosso tempo de debate, de diálogo? A expansão da pós-graduação aumentou o contingente de pesquisadores e os espaços para apresentar trabalhos se tornaram disputados. Mais gente, menos tempo per *capita*. Esta situação tem atingido as raias do ridículo: 10 minutos para apresentar um trabalho, numa rodada de 5 ou 6 autores, reunidos na maioria das vezes de maneira bastante aleatória, comunicam informações cronometradas, obrigadas a banirem suas dimensões históricas e críticas, sínteses fragmentadas de trabalhos que podem ter levado muito tempo para serem elaborados, e sem direito a debate. O aproveitamento, que justifica o investimento de participação no evento, a possibilidade de intercâmbio e diálogo foi sacrificada e praticamente passou a inexistir. Uma passagem de Apple (2002, p.22) mostra o estrago e a banalização que a dinâmica acadêmica sofre ao ser reduzida a um intercâmbio mercantil.

Uma cultura política vibrante precisa de grupos comunitários, bibliotecas, escolas públicas, associações de bairro, cooperativas, locais de encontro públicos, associações voluntárias e sindicatos que proporcionem aos cidadãos meios de se conhecer, de se comunicar e de interagir com seus semelhantes. A democracia neoliberal, com sua noção de mercado *über alles*, está num beco sem saída nesse setor. **Em vez de comunidades, produz ruas comerciais.**

Participamos, muitas vezes à contragosto, de um ritual obrigatório, estéril, com uma assistência pequena, 5, 6, 10 pessoas que apresentam trabalhos na mesma sala, em troca de um certificado: o valor de troca está, não em elaborar um trabalho escrito, com qualidade para ser aprovado (o que pode levar semanas, meses de dedicação), mas em pagar a inscrição, pagar a viagem, pagar a estadia, “pagar o mico” de estar ali, para fazer uma apresentação para muito poucos, nem sempre tão interessados, sem tempo para discussão ou diálogo, por um cobiçado certificado que dará um crédito no *lattes*, um crédito ao PPGE, e por sua vez será trocado por créditos junto às agências financiadoras etc. etc. Mais delirante ainda pode chegar a ser a prestigiosa participação em congressos internacionais, porque o valor do certificado é elevado, enquanto o valor científico, conforme diversos relatos recolhidos, costuma ser pequeno. É fácil aprovar um trabalho no exterior em muitos eventos. O turismo internacional de eventos movimenta e traz divisas aos países. Muitas vezes, o brasileiro vai apresentar o seu trabalho em um congresso em Portugal ou Espanha, diante de meia dúzia de conterrâneos, às vezes já conhecidos. Será que temos direito de participar desses rituais às custas de recursos públicos ou dos recursos das universidades comunitárias ou particulares (oriundos das mensalidades de estudantes trabalhadores que em geral estudam a noite) por esse resultado? Até que ponto não perdemos a noção do que é relevante, como sugere Borges? Situações como estas são narradas por pesquisadores com irônico estarecimento, cientes de participarem de uma espécie de circo que deixa escapar o essencial. A razão da valorização de participações internacionais se relaciona com o diálogo e a possibilidade de estabelecer novas parcerias e acordos com pesquisadores distantes. Pouco desta meta se efetiva em muitas participações na área educativa.

Traduzindo mais um fragmento: “*As imagens e a letra impressa eram mais reais que as coisas. Apenas o publicado era verdadeiro. Esse est percipi (ser é ser retratado) era o princípio, o meio e o fim de nosso singular conceito do mundo*”. Ser é ser retratado, no *lattes*, na APCN ou nas estatísticas internacionais de publicações, pouco importando se a realidade por trás do certificado foi uma apresentação para um único ouvinte, visinho de sala, ambos a 10 mil quilômetros de casa (não havia testemunhas para desmanchar a farsa). Ser, em nosso mundo

acadêmico do frenesi *publicandi*, é ser publicado nos meios validados por complexos processos avaliativos, todos implementados para garantir credibilidade, tais como o sistema Qualis de avaliação de periódicos, os comitês editoriais ou os consultores *ad hocs*, para mencionar alguns exemplos. Válidos, mas não infalíveis, nos quais se confia hoje em excesso, dentro da lógica consensual abordada inicialmente.

E esse é, como traz Borges, o princípio, o meio e o fim de nossa singular maneira de ver o mundo no meio acadêmico. Por isso, na ficção de Borges, a imprensa foi abolida, os museus foram abolidos, os políticos desapareceram... O conto de Borges chama à razão no sentido de refletir sobre o que realmente tem valor. Assim como na sua narrativa ninguém sabia a história dos ‘entes platônicos’ (os países), nós, pesquisadores, também esquecemos a origem de algumas práticas acadêmicas, tais como o sentido radical, último, de um congresso, colóquio ou seminário, o sentido último e a razão de existir de um periódico, e vamos nos deixando domesticar, desenvolvendo novos *habitus* induzidos por pressões convincentes, irrecusáveis, mas em muitos aspectos funestas, pois destituídas de finalidade, e que nos subtraem o tempo de formular boas perguntas, necessárias para conduzir nossas práticas e pesquisas de maneira ética. Por isso, a pergunta: “para quê e para quem escrevemos?” precisa ser recolocada e precisamos trabalhar para respondê-la a cada trabalho que elaboramos, a cada publicação que encaminhamos para circulação pública. A serventia de uma pesquisa, de um produto intelectual não se encerra na hora que é inserida no currículo *lattes*, no relatório para a Capes ou no lançamento do periódico. Tampouco seus efeitos devem ser considerados encerrados, nem a sua missão cumprida quando um Programa novo comemora o seu ingresso no sistema nacional de Pós-graduação, ou obtém uma nota superior à anterior, passando-se ao próximo trabalho, ao próximo congresso, ao próximo periódico. Porque seus efeitos não devem ser triviais, nem devem ser ofuscados pelas novas trivialidades do novo dia.

O último fragmento traz que “as pessoas eram ingênuas; acreditavam que uma mercadoria era boa porque assim o afirmava e repetia seu próprio fabricante”. Esta passagem encerra os princípios que vigoram por trás de vários dispositivos em ação atualmente no meio acadêmico da pesquisa: a existência de avaliadores *ad hoc* para evitar o nepotismo acadêmico, seja nos comitês editoriais ou de eventos, ou para evitar a chamada endogenia, a classificação das editoras para evitar o autofinanciamento de livros etc. Mas, na contrapartida, efeito semelhante está em jogo por parte das próprias agências financiadoras e avaliadores, quando difundem uma

supervalorização dos “ranquiamentos”, criando um consenso de que notas melhores traduzem a maior qualidade das experiências de formação.

4 PARA NÃO ESQUECER E APROFUNDAR: PUBLICAR SIM, MAS PARA QUÊ E PARA QUEM?

Insistir na pergunta é preciso. Hoje escrevemos e publicamos privilegiando como destinatário a Capes, enquanto detentora do poder de avaliar, punir e premiar, como se ela fosse um “ente platônico”, como diz Borges, deixando de lado aqueles a que podem se beneficiar com as nossas descobertas. A chamada é dirigida a cada um dos pesquisadores, aos orientadores de teses e dissertação, à sua responsabilidade como cientistas, como homens ou mulheres, como minoria da excelência deste país. Cabe a todos nós responder a esta pergunta e, mais, responder às demandas não como um filho irresponsável que obedece para ganhar a mesada ou livrar-se do castigo paterno, mas como cidadãos de quem se espera uma contribuição compatível com a formação conquistada. Cabe ao pesquisador muito mais do que obedecer as regras hoje em vigor, refletir sobre elas, discuti-las, para encontrar formas de fazer mais do que **pesquisar para “ser retratado”** (Borges), no Lattes (Silva, 2005).

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Educando à direita**. São Paulo: Cortez, 2003.

BAÍÁ HORTA, J. S. Prefácio. In: BIANCHETTI, Lucídio ; MACHADO, Ana M. Netto. **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. São Paulo e Florianópolis: Cortez e Editora da UFSC, 2002.

_____; MORAES, M. C. M. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, ANPÉd, n. 30, p. 95 – 116, set/out/nov/dez. de 2005.

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. São Paulo e Florianópolis: Cortez e Editora da UFSC, 2002.

BORDINI, M. da G. **A liberdade de escrever - Érico Veríssimo**: entrevistas sobre literatura e política. Coleção Engenho e Arte. Porto Alegre-RS: Editora da Universidade - UFRGS/EDIPUCRS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre 4, 1997.

BORGES, J. L. **Utopia de un hombre que está cansado - Prosa**. Barcelona: Círculo de Lectores, 1975.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, ANPED, n. 24, p. 05 – 15, set/out/nov/dez. de 2003.

GATTI, Bernardete. Mestrados e doutorados: questões de avaliação e políticas de ação. In: ANPEd. **A avaliação da pós-graduação em debate**. São Paulo, setembro de 1999.

KROTSH, P.; SUASNÁBAR, C. Los estudios sobre la Educación Superior: una reflexión desde Argentina y América Latina. **PRO-POSIÇÕES: Dossiê EDUCAÇÃO SUPERIOR: ALGUMAS TENDÊNCIAS POLÍTICAS EUROPÉIAS E LATINO-AMERICANAS**. Campinas/SP, v. 15, n.3 (45), set/dez 2004.

KUENZER, A. Z. ; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1363, set./dez. 2005.

SILVA, A. O. A corrida pelo Lattes. In: RAMPINELLI, W. J. et al (Orgs.). **Universidade: a democracia ameaçada**. São Paulo: Xamã, 2005.

VILLARDI, R. M. Programas de pós-graduação em educação: entre margens, encruzilhadas. In: SOUZA, D. B. ; GAMA, Z. J. (Orgs.). **Pesquisador ou professor: O processo de reestruturação dos cursos de pós-graduação em educação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

WARDE, M. J. O diário de bordo de uma orientadora de teses. In: BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Trama e Texto: Leitura Crítica. Escrita Criativa**. 2 ed. V. II, São Paulo: Summus, 2002a.